

Zavaglia, Tércia

Critérios de validade científica nas ciências humanas
Educação Revista do Centro de Educação, vol. 33, núm. 3, septiembre-diciembre,
2008, pp. 469-480
Universidade Federal de Santa Maria
Brasil

Disponible en: <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=117117076008>



Educação Revista do Centro de Educação
ISSN (Versión impresa): 0101-9031
claubell@terra.com.br
Universidade Federal de Santa Maria
Brasil

Crêterios de validade científica nas ciências humanas

T rcia Zavaglia*

Resumo

Este trabalho tem como objetivo discutir o conceito de ciência e traçar um paralelo entre o objeto de pesquisa das ciências naturais e o das ciências humanas. Para isso pontua os cr terios de cientificidade das ciências naturais e analisa o estatuto de cientificidade das ciências humanas, caracterizando os aspectos que os circunscrevem. Por último, pondera que o cientificismo como uma atitude intelectual de crédito total e exclusivo em uma ciência mensurável, isenta de juízos de valor e regida por regras, normas e leis, está em franco declínio, devendo ser substituída por um novo paradigma cujas bases começam a se delinear com a própria crise da ciência moderna.

Palavras-chave: Validade científica. Ciências humanas. Epistemologia.

Scientific validation criteria on Human Sciences

Abstract

The goal of this work is to discuss the scientific concept as well as delineate the areas between the research object for Natural and Human Sciences. In order to do so, this work highlights the scientific criteria applied in Natural Sciences and analyzes "the level of scientific value" for the Human Sciences and characterizing aspects therein present. This work also emphasises that the "the level of scientific value" as an intellectual attitude of total and exclusive credit in a measurable science is declining in general (except in case of value judgments and norms and laws conducted by specific rules). The work indicates that "the level of scientific value" is probably going to be replaced by a new paradigm which bases starts to be constructed by the own crisis of the modern science.

Keywords: Scientific validation. Human Sciences. Epistemology.

* Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Empregada da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Introdução

A questão da construção do conhecimento é para a humanidade, desde tempos remotos, algo de grande relevância. Entretanto, é muito recente, segundo comenta Blanché (1975), a criação do termo epistemologia, que significa literalmente *teoria do conhecimento*. A epistemologia investiga a origem, a estrutura, os métodos e a validade do conhecimento, sendo complexo distinguir a epistemologia da filosofia da ciência e da teoria do conhecimento. Podemos dizer que os filósofos antigamente identificavam uma forma de considerar um conhecimento da natureza satisfatório a fim de possuir as características de verdade e de validade universal. Com isso, não havia distinção entre filosofia e ciência. Somente a partir de Galileu é que a ciência começa a ser desligada da filosofia.

Santos (1996) reforça que a ciência moderna tem sua origem no século XVI, sendo os principais protagonistas Copérnico, Galileu e Newton. Com eles surge a revolução científica que deixa de lado os cálculos esotéricos e passa a se desenvolver por meio da construção de um método de geração de conhecimento e de compreensão da realidade pautado no controle e confiança. Kerlinger (1980, p. 1) registra que “foi preciso inventar uma abordagem do conhecimento apta a permitir informação válida e fidedigna sobre fenômenos complexos, inclusive o complexo fenômeno do próprio homem”.

O sucesso da ciência como abordagem do conhecimento e compreensão de fenômenos naturais é tão notável que é possível afirmar ser o conhecimento o fator decisivo que possibilita ao homem tanto compreender o mundo que o cerca quanto intervir nele para alterá-lo às condições de sua existência. De um lado, constatamos a notoriedade dos avanços científicos construídos pela humanidade; de outro, percebemos, ainda hoje, a ausência de uma compreensão mais precisa do que venha a ser ciência e dos métodos/abordagens usados pelos cientistas para conhecer/compreender a realidade.

A pouca compreensão acerca desse conceito é maior ainda quando levamos a discussão para o campo das ciências humanas. É sabido que as ciências humanas herdaram, a partir do século XIX, a racionalidade inserida nas ciências naturais, que nega as formas de conhecimento que não se pautam nos princípios e regras metodológicas regulados pelas leis naturais invariáveis e independentes. Entretanto, as ciências humanas têm peculiaridades que as distinguem das demais ciências, o que coloca em cheque a percepção de que possa ser uma ciência que deva adotar o mesmo tratamento metodológico das ciências naturais.

O objeto de estudo das ciências humanas é o ser humano como ator social. Este homem que possui uma historicidade é produto de um determinado tempo e espaço. Qualquer ser humano, isoladamente ou em grupo/classe social, é uma multiplicidade de relações que estão condicionadas ao seu tempo e

espaço. As relações do homem com a realidade social é uma relação complexa, dinâmica, instável, mutável e passageira. O fato de possuir caráter dinâmico impede que o cientista da área das ciências humanas analise a realidade considerando exclusivamente o que pode ser observado e quantificado. Penetrar e apreender a relação que ocorre entre os atores envolvidos em uma relação não pode ser compreendido unicamente por meio de técnicas de análise multivariada ou de correlações; a realidade, nesse caso, é muito mais complexa.

Ciência e as ciências humanas

Ao analisar o que é ciência, Japiassu (1975a) registra que, embora a questão seja de cunho banal, a resposta é complexa e difícil. Para o autor, há uma gama imensa de definições que vão desde as mais amplas e vagas até as mais restritivas, passando pelas classificadas como idealistas¹ às realistas. Neste percurso de buscar uma definição para o que seja ciência, o autor pondera que só uma coisa é certa: não há uma definição de ciência que seja objetiva e neutra até porque, conforme pondera Morin (1999), esta é uma das perguntas que não tem nenhuma resposta científica.

Podemos registrar que ciência é

um conjunto de conhecimentos “puros” ou “aplicados”, produzidos por métodos rigorosos, comprovados e objetivos, fazendo-nos captar a realidade de um modo distinto da maneira como a filosofia, a arte, a política ou a mística a percebem (JAPIASSU, 1975a, p. 9).

Há dois aspectos importantes nesse conceito: 1) não há uma forma única de enquadrar a ciência (tanto pode ser um modo de interpretar uma dada realidade, quanto pode ser uma procura metódica do saber); 2) não há como negar que os conhecimentos gerados pela ciência estejam impregnados de caráter social, cultural e político.

Morin (1999, p. 20) assinala que a ciência está no seio da sociedade e, “embora bastante distinta dessa sociedade, é inseparável dela, isso significa que todas as ciências, incluindo as físicas e biológicas, são sociais”. É impossível, já na opinião de Minayo (1994), ignorar que a ciência seja comprometida com interesses e visões de mundo historicamente construídos, estando, dessa forma, submetida aos limites dados pelos esquemas de dominação vigentes. Não é, portanto, verdade que o cientista seja detentor de um saber racional, objetivo e isento das perturbações da subjetividade pessoal e das influências sociais. Antes podemos registrar que a visão de mundo do pesquisador permeia todo o processo de geração de conhecimento e é historicamente construída.

O modo de funcionamento da ciência é, portanto, ditado por normas historicamente condicionadas e,

enquanto tais evoluem e se alteram. Isto significa que, em matéria de ciência, não há objetividade absoluta. Também o cientista jamais pode dizer-se neutro, a não ser por ingenuidade ou por uma concepção mítica do que seja a ciência (JAPIASSU, 1975a, p. 10-11).

Nesse sentido, conforme aponta Granger (1994), o conhecimento científico se diferencia dos demais tipos de conhecimento pela maneira de “olhar” seus objetos de estudo. Para o autor, embora haja vários métodos científicos, deve haver apenas uma visão ou um só espírito científico. São três os traços característicos da visão científica: 1) a ciência deve ser a visão de uma realidade – isso significa que ela deve se apresentar como uma representação do real; 2) a ciência visa a objetos para descrever e explicar, não diretamente para agir – isto significa que o primeiro resultado da ciência é a satisfação de compreender uma dada realidade e não agir sobre ela; 3) a ciência deve se preocupar constantemente com critérios de validação – isto significa que o conhecimento científico é público e exposto a controle, já que deve, necessariamente, dar indicações sobre a maneira como obteve os resultados, de forma a possibilitar a sua reprodução sob as mesmas circunstâncias.

Podemos registrar que a visão de mundo, trazida a partir da ciência moderna inaugurada no século XVI, provocou distinções básicas que estão fixadas em dois pólos. De um lado, o conhecimento científico e o conhecimento de senso comum e, de outro, a natureza e os seres humanos. A ciência moderna, no dizer de Santos (1996), desconfia das evidências de nossas experiências imediatas, taxando-as de ilusórias. Também para a ciência moderna, a natureza é passiva, eterna e reversível – um mecanismo sujeito a leis e a regras e portanto, suscetível de ser conhecida.

Baseada nessa premissa, a ciência moderna avança de forma sistemática e tanto quanto possível rigorosa. A matemática passa a ser o instrumento que fornece à ciência moderna a base lógica da investigação. Isso implica assumir que o ato de conhecer significa quantificar e que o rigor científico é dado pelo rigor das medições. Santos (1996, p. 15) acentua que, nesta racionalidade, conhecer significa “dividir e classificar para depois poder determinar relações sistemáticas entre o que se separou”.

Há duas características importantes pertencentes à ciência. A primeira é a objetividade e a segunda é a natureza empírica. A objetividade está inserida no bojo do conceito de ciência como um empreendimento social e público e, portanto, deve ser passível de reprodução, desde que mantidas as condições iniciais. Assim, essa característica da ciência está relacionada a um procedimento, um método, uma maneira de dirigir uma pesquisa. O caráter empírico da ciência significa que o pesquisador, para conhecer o objeto de estudo, deve substituir idéias estereotipadas que tem sobre ele pela compreensão da razão com uma evidência real.

Estas duas características importantes da ciência moderna são os pilares do que designamos, como abordagem positivista de construção de conhecimento, que serviu de base para as ciências naturais. Duas são as teses básicas do positivismo: 1) a realidade é tão – somente aquilo que nossos sentidos podem perceber; e 2) há uma distinção entre fato e valor, devendo a ciência se ocupar unicamente com o fato, eliminando o valor (MINAYO, 1994).

Löwy (2003) afirma que as ciências humanas, nascidas no século XIX, adotam como modelo epistemológico a abordagem positivista, partindo do pressuposto de que é possível identificar leis que regulam o fornecimento da vida social, econômica e política, já que os homens vivem em uma espécie de harmonia natural. Entretanto, os pressupostos epistemológicos assumidos pelas ciências humanas de que devem usar os mesmos métodos e procedimentos dos cientistas das ciências naturais e de que devem ser objetivas, neutras e livres de juízos de valores têm sido muito questionados, pois “muitos cientistas vêm afirmando que um elemento fundamental novo deve ser levado em conta nas relações do sujeito com o objeto: a consciência do observador. O dualismo cartesiano é recusado” (JAPIASSU, 1996, p. 12).

Atualmente, a ciência contemporânea exercita um movimento inverso, que é o de admitir a subjetividade e o irracional,² reconhecendo seus direitos e lhe fornecendo um fundamento. Tal fato vem contribuindo para a reabilitação de práticas e modos de pensar que as ciências excluíram no passado.

Ciências humanas e a problemática da cientificidade

Podemos registrar que o termo cientificismo surgiu como uma atitude intelectual no século XIX, embalado pelo advento da “era da positividade”. Foi recebido no meio científico da época com muito entusiasmo e, no dizer de Japiassu (1975a), foi considerado uma espécie de *eureka* da verdade do pensamento. Para esse autor, o termo cientificismo traz consigo a idéia de fim de toda filosofia, já que o discurso científico, por si só, daria conta de enunciar todas as verdades.

Cientificismo pode ser caracterizado como uma doutrina ou uma teoria do conhecimento que tem, por princípio, invalidar toda e qualquer forma de conhecimento que não cumpra as exigências do conhecimento positivista. Dessa maneira, coube às ciências humanas tomar emprestada a epistemologia das ciências naturais para assegurar seus resultados ou correr o risco de não ser considerada uma ciência, já que, se não for experimental, não seria científica. Japiassu (1975a, p. 81) ressalta bem essa questão, afirmando que a primazia das ciências naturais conduz “fatalmente a uma situação paradoxal: não somente tende a governar as ciências humanas, mas também tenta substituir-se a elas, tanto para explicar quanto para dirigir normativamente as atividades humanas”.

Fica mais compreensível entender a dificuldade de se discutir a questão da cientificidade no âmbito das ciências humanas porque, como argumenta Japiassu (1981), a questão que se coloca, diante dessa problemática, é se as ciências humanas possuem seus próprios critérios de rigor e de credibilidade que lhes confiram um valor cognitivo e operativo à semelhança das ciências naturais. Essa questão se torna mais complexa quando nos deparamos com a análise do objeto de estudo das ciências humanas. Podemos dizer, em conformidade com Japiassu (1981), que são três as razões que nos levam a distinguir as ciências humanas da ciência, sobretudo, a natural:

- 1) São ciências que estão ancoradas em um conjunto de discursos que se recusa a definir-se por si mesmo. Elas padecem por se definirem como um campo de investigação aberto e regulado por relações interdisciplinares.
- 2) A pluralidade de discursos anuncia que as ciências humanas se fundamentam em uma cientificidade que toma como ponto de partida a história.
- 3) Como os discursos são interdisciplinares e, por vezes, transversais, as ciências humanas não fazem cortes epistemológicos decisivos e irreversíveis.

Outro ponto de grande relevância destacado por Japiassu (1981, p. 98) é o caráter extremamente inovador das ciências humanas, uma vez que faz da linguagem o objeto privilegiado de sua reflexão, e coloca em questão o conjunto de regras de organização dos diversos discursos e de suas relações. Entretanto, é possível alinhavar alguns aspectos na tentativa de elucidar a problemática do estatuto de cientificidade das ciências humanas a partir de sua própria origem. Conforme ainda sinaliza Japiassu (1975b), as ciências humanas nasceram da destituição do sujeito pensante no século XIX – momento em que também, no campo ontológico, o homem se liga a duas questões distintas, complementares e simultâneas. De um lado, o homem procura definir a si mesmo como objeto de ciência e, de outro, firma-se como sujeito da ciência. É na oscilação entre estes dois pólos que se estabelecem três alternativas de atitudes que podem ser assumidas pelas ciências humanas:

- 1) As ciências humanas se ligam ao momento histórico do domínio do homem sobre a natureza a partir do progresso técnico (ciência dissolve o natural no humano).
- 2) As ciências humanas se ligam ao momento histórico da redução do homem ao natural a partir do progresso científico (a ciência dissolve o humano no natural).
- 3) As ciências humanas se ligam ao fato científico admitindo que este é um produto da história humana tanto quanto os demais fatos (neste caso toda ciência seria humana).

Japiassu (1981, p. 100), também pondera que é diante dessas três atitudes que os cientistas da área das ciências humanas constroem o campo epistemológico na qual circunscrevem suas pesquisas. Segundo o autor

trata-se de um campo que se caracteriza pelo ecletismo, pela confusão e pela desordem. Com efeito, sob a etiqueta de 'ciências humanas', encontramos agrupadas disciplinas bastante heterogêneas ou exclusivas umas das outras. [...] É por isso que podemos dizer que as ciências humanas se entrecruzam [...] Donde poderemos fazer dessa "confusão", dessa indecisão, o traço característico das ciências humanas (JAPIASSU, 1981, p. 100).

No cerne das discussões acerca da questão da cientificidade das ciências humanas surge uma outra questão igualmente relevante para a ciência. Ao mesmo tempo em que as ciências humanas provocam esta confusão, também evidenciam que é impossível um discurso científico isento de contaminação ideológica. Isso implica afirmar que é da articulação entre os domínios da religião, arte, filosofia e ciência que emerge uma epistemologia das relações interdisciplinares. Um outro aspecto relevante a ser considerado quando se discute o estatuto epistemológico das ciências humanas está relacionado à classificação. Não restam dúvidas de que classificar as ciências, buscando agrupar em um mesmo conjunto aquelas que são semelhantes, é algo que se faz necessário. Para Japiassu (1981), no cerne do problema da classificação da ciência encontra-se a questão ideológica que, em última instância, incorpora a idéia de hierarquia e de valorização de certas ciências em detrimento de outras. O autor admite que, apoiados em uma valorização demasiadamente excessiva dos métodos e dos resultados das ciências naturais, há quatro obstáculos que negam às ciências humanas o direito de possuírem um estatuto epistemológico científico: 1) obstáculo filosófico – assume que, por essência, o homem não pode se tornar objeto de ciência; 2) obstáculo empirista – assume uma postura de cobrança metodológica rígida que acaba por condenar as ciências humanas a uma eterna inferioridade; 3) obstáculo epistemológico – assume uma oposição radical contrária às ciências humanas, negando que estas sejam capazes de chegar ao mesmo grau de objetividade que as ciências naturais; 4) obstáculo neomarxista – assume que não pode haver uma ciência do homem porque sua existência se configuraria uma "vestimenta" teórica de práticas sociais.³

Para finalizar, cabe fazer uma tentativa de esboçar o percurso realizado pelas ciências humanas para constituírem seu estatuto de cientificidade. É verdade que, desde o seu surgimento, as ciências humanas adotaram a perspectiva axiomática como a garantia suprema de seu acesso à cientificidade. Na opinião de Japiassu (1975b), foram três os eixos epistemológicos nas quais as ciências humanas se firmaram para reivindicar validade científica de suas pesquisas. De início, adotaram a exigência de rigor e de precisão, de busca das estruturas e das normas, o que as levou a seguir o método quantitativo e positivista. Esse autor ainda pondera que a física foi quem forneceu o modelo de

cientificidade para as ciências humanas. A partir daí, as idéias e os comportamentos humanos foram submetidos à inteligência matemática. A crítica que se faz a essa postura é que, ao fazer isso, as ciências humanas se convertem em uma ciência sem o homem.

O segundo eixo epistemológico se filia ao tema da evolução. Nessa perspectiva se instaura uma filosofia da natureza na qual o dinamismo da vida se insere na matéria. O foco organicista nas ciências humanas impõe a idéia de uma regulação interna, o que impede de compreender o próprio homem, já que nega, *a priori*, aquilo que constitui sua especificidade.

O terceiro e último eixo possibilita às ciências humanas enxergarem a condição humana sob o prisma da cultura e da história. A ênfase recai nos traços culturais como, por exemplo, linguagem, sociedade e instituições. Segundo Japiassu (1975b), há dois historicismos: o *filosófico*, que enxerga a história como fundamento de uma concepção geral de mundo. Nesse historicismo, a premissa básica é de que todos os fenômenos sociais e humanos só são inteligíveis se observados no contexto de uma categoria "histórica"; já o *epistemológico* se define como uma das condições de compreensão do real. Esse historicismo opta por aderir a métodos compreensivos da realidade e visa a uma investigação histórica dos fatos, evidenciando o que se passou e assumindo que é o passado que explica o presente.

De tudo que foi exposto, o que precisa ficar evidenciado é que cada um dos eixos epistemológicos descritos tem sua validade, sobretudo porque as ciências humanas não podem escolher uma dessas perspectivas metodológicas em detrimento das outras, já que cada uma delas tem formas específicas para elucidar o real que lhes são exclusivas. O erro, no âmbito das ciências humanas, começa quando as enquadramos dentro de uma metodologia unitária e consideramos inválidos os procedimentos metodológicos aos quais não recorreremos. Como salienta Japiassu (1975b, p. 105), nenhuma das visões epistemológicas

pode se vangloriar de possuir o monopólio da verdade. Ao que tudo indica, o fim buscado, foco de convergência das pesquisas, situa-se além do horizonte do conhecimento objetivo. Portanto, uma síntese das ciências humanas não nos dá a plena posse intelectual da realidade do homem.

Considerações finais

De maneira breve, procurou-se analisar o estatuto de cientificidade das ciências humanas, tentando caracterizar os principais aspectos que circunscrevem a constituição de um estatuto científico para estas ciências. Apesar da supremacia dos métodos das ciências naturais sobre as demais ciências, já se percebe um movimento de questionamento de suas bases. A própria

ciência natural toma consciência de seus limites, assim como também as ciências humanas começam a descobrir os seus.

Há dúvidas quanto à universalidade da ciência. Japiassu (1975a) argumenta que a esperança na existência de uma ciência universal é cada vez menor e não há como admitir uma linguagem comum que sirva a todas as ciências. Por isso, precisamos marchar para uma síntese que repense os meios, os objetivos e a relação da ciência com a sociedade, já que o “problema mais urgente, colocado pela ciência, é o da própria ciência” (JAPIASSU, 1975a, p. 95).

O cientificismo, entendido como uma atitude intelectual de crédito total e exclusivo em uma ciência mensurável, isenta de juízos de valor e regida por regras, normas e leis, está em franco declínio. Japiassu (1975a), por exemplo, argumenta que as ciências humanas precisam duvidar do valor das ciências naturais como modelo de resposta objetiva às questões que se coloca sobre a sociedade, a sua natureza em transformação. Em outras palavras, o problema é que “o poder que o homem exerce, ao agir sobre a natureza e sobre ele mesmo, é de natureza diferente. A natureza é objeto para o homem. O homem na sociedade é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto” (JAPIASSU, 1975a p. 96). Essa questão muda por completo a forma como as ciências humanas constituem sua cientificidade.

Santos (2003), ao discutir a desdogmatização da ciência moderna, pondera que vivemos hoje uma crise que põe em xeque a própria forma de inteligibilidade do real e não apenas os instrumentos metodológicos e conceituais que dão acesso a um novo paradigma. Ao discutir sobre o discurso das ciências sociais, Santos (1996) nos oferece um conjunto de quatro teses que dão sustentação a algumas das características, anunciadas por ele de forma especulativa, de um novo paradigma a qual intitula de “paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente”.

A primeira destas teses inseridas no novo paradigma é que todo conhecimento científico-natural é também científico-social. No momento em que a física e a biologia admitem a dificuldade de separação entre o orgânico e inorgânico, entre seres vivos e a matéria inerte e mesmo entre o humano e o não humano, deixa de ter sentido a dicotomia entre estas duas ciências e se inaugura uma busca por um conhecimento não dualista. Sinais dessa argumentação são sentidos quando constatamos o uso de teorias construídas no cerne das ciências naturais sendo aplicadas nos campos sociais e humanos. Um exemplo disso é o caso da teoria das estruturas dissipativas, que foi aplicada aos processos econômicos e à evolução das cidades e das regiões, e da teoria das potencialidades da sinérgica, que tenta explicar situações revolucionárias na sociedade. Diferentemente do que Durkheim afirmava, o que vimos hoje é uma tendência dos fenômenos naturais serem estudados como se fossem sociais.

A segunda tese é de que todo conhecimento é local e também total. Santos (1996) registra que, ao contrário da ciência moderna, na qual o conhecimento segrega uma organização do saber direcionada para policiar as fronteiras entre as disciplinas e para reprimir aqueles que a quiserem transpor⁴ no novo paradigma, o conhecimento é total e, ao mesmo tempo, local porque se constitui ao redor de temas e serve aos interesses de grupos sociais para resolver problemas concretos da vida cotidiana (reconstituir a história de um lugar, manter um espaço verde, fazer baixar a taxa de mortalidade infantil, inventar um outro instrumento musical etc.). Podemos dizer que, neste novo paradigma, a fragmentação do conhecimento é temática e os conhecimentos avançam e progridem à medida que os temas, percebidos como grandes galerias, se encontram uns com os outros. O conhecimento não tem caráter determinístico e nem descritivo, já que se apresenta como um conhecimento de possibilidade cuja constituição tem como base a pluralidade metodológica.

A terceira tese é a de que todo conhecimento é autoconhecimento. Quando a física quântica demonstra que o ato de conhecer e o produto do conhecimento são inseparáveis deixa, de existir a dicotomia sujeito/objeto e podemos dizer que o objeto é a continuação do sujeito, e que todo conhecimento científico é também autoconhecimento. Santos argumenta que o paradigma do conhecimento prudente para uma vida decente sinaliza que precisamos de uma outra forma de conhecimento que nos seja compreensivo e íntimo e

não nos separe e antes nos una pessoalmente ao que estudamos. A incerteza do conhecimento, que a ciência moderna sempre viu como limitação técnica destinada a sucessivas superações, transforma-se na chave do entendimento de um mundo que mais do que controlado tem de ser contemplado. [...] A ciência do paradigma emergente é mais contemplativa do que ativa. A qualidade do conhecimento afere-se menos pelo que ele controla ou faz funcionar no mundo exterior do que pela satisfação pessoal que dá a quem a ele acede e o partilha (SANTOS 1996, p. 53-54).

A quarta e última tese defendida por Santos é a de que todo conhecimento científico tende a se constituir em senso comum. O paradigma emergente reconhece a impossibilidade da existência de um conhecimento, unicamente racional e tenta dialogar com formas diversas de conhecimentos, deixando-se penetrar por elas. Uma das formas mais importante é o conhecimento do senso comum, que apesar de vulgar, prático, mistificador e conservador, é também utópico, libertador, pragmático e se reproduz na esteira das trajetórias e experiências de vida, o que o faz se afirmar como um conhecimento fiel.

Martins (2004), ao discutir a questão do método qualitativo nas ciências sociais, segue a mesma linha de raciocínio defendida por Santos e afirma que há um movimento de reconstrução e desdogmatização da concepção clás-

sica de ciência, na qual a relevância da discussão sobre o que fazer a respeito de nossas opiniões, idéias ou juízos de valor sobre a sociedade cede lugar à discussão acerca da nossa capacidade de

desenvolver hábitos de ação permitindo confrontar a realidade, de maneira a garantir ganhos no sentido intersubjetivo, em criatividade, em solidariedade e em capacidade de ouvir todos aqueles que sofrem. O argumento é de que o desejo de objetividade [advindo das ciências naturais] deve ceder lugar ao desejo de solidariedade. (MARTINS, 2004, p. 298)

Parece ficar cada vez mais transparente que hoje o mais essencial é produzir um conhecimento que, além de útil, é explicitamente orientado por um projeto ético visando à solidariedade, à harmonia e à criatividade (PIRES, 1997).

Independentemente da crise a qual a ciência moderna está enfrentando e da emergência de um novo paradigma cujas especulações foram brevemente traçadas, fica patente que nas ciências humanas a problemática da cientificidade se coloca de forma distinta, e como tal, precisa ser considerada pelos cientistas ao se lançarem na aventura de desvendarem compreensões acerca de seus objetos de pesquisa.

Referências

- BLANCHÉ, R. **A epistemologia**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1975.
- GRANGER, G. G. **A ciência e as ciências**. São Paulo: UNESP, 1994.
- JAPIASSU, H. **A crise da razão e do saber objetivo**: as ondas do irracional. São Paulo: Letras & Letras, 1996.
- _____. **Nascimento e morte das ciências humanas**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1975b.
- _____. **O mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro: Imago, 1975a.
- _____. **Questões epistemológicas**. Rio de Janeiro: Imago: 1981.
- KERLINGER, F. M. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1980.
- LÖWY, M. **Ideologias e ciências sociais**: elementos para uma análise marxista. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- MARTINS, H. T. de S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004.
- MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 3 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1994.

Tércia Zavaglia

MORIN, E. **Ciência com consciência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

PIRES, Á. P. De quelques enjeux épistémologiques d'une méthodologie générale pour les sciences sociales. In: POUPART, J. et al. **La recherche qualitative: enjeux épistémologiques et méthodologiques**. Canadá: Gaétan Morin Éditeur, 1997. p. 3-53.

SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 4. ed. São Paulo: Graal, 2003.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Edições Afrontamentos, 1996.

Notas

¹ São as que reduzem a atividade científica à busca desinteressada do conhecimento ou da verdade.

² Japiassu (1996) entende como irracional toda idéia que se contrapõe à racionalidade científica inserida na concepção de ciência moderna.

³ Japiassu comenta que este obstáculo se assenta em bases epistemológicas contestáveis, pois admite que todas as pesquisas em ciências humanas desempenham apenas a função ideológica.

⁴ O autor registra que isto pode ser observado na medicina que promoveu uma hiper especialização do saber médico transformando o doente numa quadrícula sem sentido, na farmácia que descobre o lado destrutivo dos medicamentos mais específicos.

Correspondência

Tércia Zavaglia - Rua Dr. Ediberto Luiz Pereira da Silva, 363. Cidade Universitária. Barão Geraldo - CEP: 13083-190 - Campinas (SP).

E-mail: terciavavagliatorres1@gmail.com - terciac@cnptia.embrapa.br

Recebido em 03 de julho de 2008

Aprovado em 01 de setembro de 2008